

Parlamentares e servidores enriqueceram com as subvenções

Ao lado das empreiteiras, outro esquema paralelo de corrupção denunciado pela CPI era o das subvenções que, em vez de favorecer empresas, beneficiava diretamente o núcleo de poder da Comissão Mista de Orçamento. O relator recomendou o fim das subvenções sociais. Segundo o esquema descrito pelo relatório, os parlamentares criavam, ou patrocinavam a criação, de entidades inscritas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Estas entidades, controladas por pessoas intimamente ligadas aos parlamentares, formavam *holdings*, controlando outras, que também se credenciavam a receber dinheiro da União.

“O parlamentar integrante do esquema não raro alienava todo seu patrimônio em favor da *holding*, para alegar, em caso de eventual necessidade, que não possuía fortuna pessoal”, conta o relatório.

A CPI constatou que entre as fraudes praticadas por estas entidades, muitas comprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), estavam o desvio de recursos, utilização de notas fiscais falsas e o emprego de *fantasmas* para transferir dinheiro para os membros do esquema. O relatório confirma, ainda, que estes enviavam listas de entidades a serem contempladas com subvenções, conseguindo o des-

contingenciamento das verbas. A exemplo do esquema das empreiteiras, o das subvenções não era restrito ao Legislativo.

Caixa-preta — O relatório diz que o projeto de orçamento constituía uma verdadeira *caixa preta*, sendo sempre apreciado e votado no fim do prazo disponível, o que o tornava conhecido apenas dos membros do esquema. “A complexidade do projeto e sua falta de transparência permitiam que fosse alterado até mesmo após a votação”, conclui. Por isso mesmo, o relator sugere um reaparelhamento técnico e de recursos humanos do Legislativo. Num capítulo intitulado *Um Episódio*

Singular, o relatório cita o caso da votação do orçamento para 1992, quando o relator-geral, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), alterou o projeto orçamentário mesmo depois de aprovado. “Cumprir impedir que tais fatos venham a se repetir”, defende o relator.

O relatório alerta, no entanto, que o esquema de corrupção no Orçamento era anterior à Constituição de 1988. No Legislativo, explica, “um grupo de parlamentares assenhoreou-se do poder institucional, o que permitiu que aquele colegiado se tornasse importante componente do esquema existente para lesar os cofres públicos”.